

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE MENTAL NO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR

THE IMPORTANCE OF MENTAL HEALTH IN THE WORK OF THE MILITARY POLICE

DOS ANJOS, Isaias Eskalante Pereira ¹
DE SOUZA, Adailma Alves ²

RESUMO

O presente estudo se aterá à análise da importância da saúde mental no trabalho do policial militar, com fins a perscrutar o motivo pelo qual os casos de agentes policiais acometidos por doenças mentais têm crescido exponencialmente nos últimos anos. Assim, abordar-se-á a atividade policial como fonte de subsídios estressores, bem como esquadrihar-se-á outras possíveis fontes das patologias psíquicas. Para tanto, será utilizada bibliografia modelar sobre o tema, dentre as quais dá-se especial destaque às lições de Sandrine e Miranda, entre outros autores de elevado conhecimento. Isto posto, poder-se-á traçar respostas fundamentadas cientificamente às questões suscitadas nesse trabalho, pautando-se na observância ao princípio da dignidade da pessoa humana e nas normas orientadoras de Direitos Humanos, atentando-se para o labor policial com o máximo acatamento. Em razão de as doenças mentais ainda serem encaradas pelos militares e pela sociedade com elevado grau de preconceito, o tema das enfermidades psicológicas para os indivíduos doentes é um tabu, o que dificultou a confecção deste trabalho, o que, no entanto, foi contornado com a reunião de literatura inerente ao assunto.

Palavras-chave: Doenças Mentais. Saúde. Policial Militar. Violência. Atividade Policial. Tratamento.

ABSTRACT

The present study will focus on the analysis of the importance of mental health in the

¹ Aluno do Curso Formação de Praças Soldados 3ª Classe do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, isaiaseskalante@hotmail.com; Uruaçu – GO, Junho de 2018.

² Professora orientadora: Professora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, adailmapsi@gmail.com, Uruaçu – GO, Junho de 2018.

work of the military police, with farms to examine the reason why cases of police officers affected by mental illnesses have grown exponentially in recent years. Thus, police activity will be addressed as a source of stressful subsidies, as well as other possible sources of psychic pathologies. For this purpose, a model bibliography will be used on the subject, among which the Sandrine and Miranda lessons, among other authors of high knowledge, will be highlighted. That said, it will be possible to draw up scientifically grounded answers to the questions raised in this work, based on compliance with the principle of the dignity of the human person and the norms guiding Human Rights, paying attention to the police work with maximum compliance. Because mental illnesses are still faced by the military and society with a high degree of prejudice, the subject of psychological illnesses for sick individuals is taboo, which made it difficult to make this work, which was, however, circumvented by the gathering of literature inherent in the subject.

Keywords: Mental ilnesess. Health. Military Police. Violence. Police Activity. Treatment.

1 INTRODUÇÃO

A frase: “A depressão é o mau do século!” tem sido repetida com frequência cada vez maior. Infelizmente, mais do que senso comum, as doenças psicológicas são verdadeiras máquinas de destruição da saúde do indivíduo, os quais necessitam fazer uso de medicações fortíssimas para controlar níveis de estresse, crises de pânico, ansiedade e depressão, bem como devem submeter-se a acompanhamento profissional contínuo.

Embora a quantidade de pessoas que padecem de doenças psicológicas cresça exponencialmente, a saúde mental não recebe a devida atenção, de acordo com os dados fornecidos pelo Ministério da Saúde - Secretária de Atenção à Saúde (2013), bem como é vista comumente como “frescura”, “fraqueza” e “tentativa de chamar a atenção”.

O que se observa, de acordo com Paulo Roberto Sandrini (2013), é a barreira que ainda existe ao se falar sobre um tema que deveria ser melhor abordado, e esse obstáculo é maior quando se trata de estudar a saúde mental no seio da segurança pública, em especial na polícia militar.

Nessa seara, o presente trabalho buscará responder quais os impactos na saúde mental do policial militar ao ser exposto a um ambiente de trabalho estressante, e perscrutar acerca das necessidades de se ater a fatores de ansiedade e depressão, pois, estudo realizado pelo Instituto de Ciências e Tecnologia da Universidade de Manchester na Inglaterra, listou a profissão como sendo a segunda mais estressante do mundo.

Outrossim, com o intuito de permitir a melhor compreensão possível do conceito e aplicação do que é saúde mental, o trabalho terá sua primeira parte direcionada a arrazoar, em breves considerações, sobre o histórico da psicologia. Portanto, iniciará pela definição do termo “psicologia” e tratará do surgimento dos estudos traçados com fincas a tentar entender a condição psíquica humana, abarcando, ao final do primeiro módulo, a criação da Polícia Militar até a formação do policial militar pelas academias de Polícia.

O objetivo desta primeira parte do trabalho é fazer levantamento histórico sobre a psicologia, para adentrar no conceito de saúde mental e como consequência traçar considerações sobre as doenças mentais, principalmente, as que acometem agentes policiais.

Nesse sentido, a pesquisa buscará auferir, por meio de sucintas incursões sobre a história da formação da polícia militar do estado, qual é a função real do policial militar, seu cotidiano de trabalho, até que ponto a exposição pública é benéfica, tendo os fatores da criminalidade e violência, como correspondentes diretos.

Para tanto, lançará mão de metodologia indutiva, haja vista que valer-se-á de estudo proveniente de doutrina pormenorizada sobre o tema, da qual sobrelevam-se as lições de Sandrine e Oliveira e Couto, bem como se apoiará em outras fontes como artigos e monografias de diversos autores, periódicos, palestras, noticiários, etc.

Por fim, insta vincar que a referida forma de organização dos materiais colhidos para a confecção do presente trabalho, permitirá auferir a importância da saúde mental no trabalho do policial militar.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Inicialmente, deve-se pontuar que a psicologia surgiu como um ramo da Filosofia e demorou dois milênios para ser reconhecida como ciência. Originou-se da curiosidade de cosmólogos sobre as ações dos seres humanos, bem como para tentar explicar eventos e experiências tidas, até então, como místicas.

Nesse sentido, constata-se que as ideias contemporâneas acerca da mente e seu funcionamento derivam da filosofia grega, principalmente das lições de Platão e Aristóteles, sendo que para ambos a mente atua diretamente no controle do comportamento dos homens.

Hodiernamente, a psicologia se atém ao estudo científico dos comportamentos e experiências dos indivíduos, bem como se debruça sobre as influências (cultura, família, sociedade) que interferem na conduta humana.

Assim, Segundo Sandrini (2013, p.10), a psicologia estuda a “alma” e “o termo psicologia, etimologicamente o “estudo da alma”, se origina da junção entre o composto de psico + logia, onde *psyché* = alma e *logos* = razão, conhecimento”.

Nessa seara, a psicologia, além do estudo da alma humana, das ações conscientes e inconscientes dos homens, também examina as patologias psíquicas que os assolam e impactam suas relações sociais.

Dito isto, calha mencionar a definição de transtorno mental determinada pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5, da *American Psychiatric Association*, coordenado pela Organização Mundial de Saúde (OMS):

Um transtorno mental é uma síndrome caracterizada por perturbação clinicamente significativa na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacente ao funcionamento mental. Transtornos mentais estão frequentemente associados a sofrimento ou incapacidade significativos que afetam atividades sociais, profissionais ou outras atividades importantes. Uma resposta esperada ou aprovada culturalmente a um estressor ou perda comum, como a morte de um ente querido, não constitui transtorno mental. Desvios sociais de comportamento (p.ex., de natureza política, religiosa ou

sexual) e conflitos que são basicamente atinentes ao indivíduo e à sociedade não são transtornos mentais a menos que o desvio ou conflito seja o resultado de uma disfunção no indivíduo, conforme descrito (DSM-5, 2014, p, 20).

Igualmente, os transtornos mentais afetam as atividades profissionais e sociais dos policiais, os quais, além de queda no rendimento da atuação, também acabam sendo afastados de suas funções ou preferem abandonar o cargo, tudo isso em razão do sofrimento psíquico que lhes acomete.

A presença de diagnósticos de doenças mentais entre profissionais militares, os quais estão diretamente relacionados às condições laborais, demandam relevante atenção, haja vista que possuem o condão de incapacitar o agente total ou parcialmente, reduzindo sua autonomia e aptidão cognitiva.

É cediço que as condições adversas oriundas da atividade cotidiana dos policiais militares acarretam seu esgotamento psíquico e físico, por conseguinte, ocasionado o nascimento de problemas de saúde, tais como estresse, *burnout*, ideias suicidas e consumo excessivo de álcool.

É nessa hora, depois da sensação de dever cumprido, antes de encarar a condução lotada, os problemas familiares, os apertos financeiros e, muitas vezes, o mau humor da esposa insatisfeita que o salto para o paraíso no outro lado da rua fica irresistível.

Nesse contexto, estão reunidas as condições que os especialistas definem como fatores de risco para o alcoolismo. São tantos os casos de colegas afastados por problemas dessa ordem, que os demais aprenderam a não recriminá-los; aceitam a fragilidade do companheiro como inerente à insalubridade da profissão. (...).

Descontados os casos mais dramáticos de dependência, muitos fazem uso regular do álcool como relaxante e antidepressivo, passo inicial para o consumo compulsivo. (VARELLA, 2012, p. 116).

Muito embora, para conseguir ingressar na corporação, o interessado tenha de se submeter a testes psicológicos e físicos, devendo estar com a saúde impecável, a ausência de acompanhamento da saúde mental do policial militar efetivo contribui diretamente para a ascensão das enfermidades psíquicas.

Frise-se que para a Organização Mundial de Saúde, não existe uma definição "oficial" de saúde mental, pois, trata-se de termo usado para descrever o

nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional, é estar de bem consigo e com os outros, é o equilíbrio emocional.

Lado outro, as pessoas não são previsíveis na sua maneira de agir, sentir ou pensar, embora, em algumas situações seja possível entender um dado tipo de reação que se manifesta em um determinado comportamento (SANDRINI, 2013, p.21). Dessa imprevisibilidade atrelada à ambientes estressantes, resulta o fenômeno da violência, que sempre esteve presente na nossa cultura.

O policial militar vive em posição de constante alerta, oriundo das diversas situações de risco a que está exposto, convivendo com o perigo, lidando com crimes de toda a ordem, violência generalizada e observando cotidianamente a face mais cruel do homem, a qual se revela pelo desprezo à vida de outro. Assim, o estresse passa a existir para o agente policesco como uma preparação do organismo para suportar as referidas situações estressoras.

Neste ponto, calha mencionar que a organização Mundial de Saúde (OMS, 2008) considera a violência um dos principais problemas de saúde pública do mundo, além de caracterizar evidente violação de direitos humanos, devido à elevada prevalência e às graves consequências para o desenvolvimento humano (SOUZA 2006 apud XAVIER, 2008, p.28).

Sendo assim, a violência, aliada a outros inúmeros fatores, interfere diretamente na atividade policial quando a saúde mental dos agentes não é devidamente acompanhada.

A organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, p.5) conceitua violência como sendo:

O uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

De acordo com Sandrini (2013, p.29) “qualquer forma de violência resulta, inequivocamente, em violação dos direitos humanos e da dignidade humana, bem

como pode acarretar problemas de ordem psicológica, de variados níveis de comprometimento”.

Noutro giro, há de destacar que a pessoa que é submetida a situações constantemente estressantes está mais propensa a sofrer intempéries psíquicas, podendo ser acometida por depressão, *burnout*, ansiedade, crises de pânico, etc., atentando-se para o fato de que a ausência de tratamento devido pode acarretar danos irreparáveis à saúde psicológica do indivíduo, desembocando, em casos extremos, no suicídio.

Ainda na visão de Sandrini (2013), a saúde mental é uma das principais partes afetadas diretamente pela violência e do alto nível de estresse, entre diversos fatores. No Brasil a violência direcionada contra o policial militar ou praticada por seus atos, começou a despertar o interesse de pesquisadores que buscam estudar o contexto da violência policial a partir do cotidiano desses profissionais.

O trabalho policial em si tende a ser considerado inerentemente estressor. Entretanto, são os estressores organizacionais que aparecem como fatores preponderantes para suscitar sintomas psiquiátricos (...). Policiais suíços apresentaram 11,9% de sintomas psiquiátricos e os potenciais estressores: ausência de apoio do superior e da organização, percepção de baixa qualidade do trabalho, horário de trabalho inadequado, alta demanda mental/intelectual, idade e reclamações sobre o ambiente físico de trabalho, foram associados como escore alto para sintomas psiquiátricos (CASTRO, 2016, p.35).

Nesse sentido, Amir, 1995 *apud* Amador (2002, p.68) entende que “o conteúdo violento do trabalho do policial, o contato rotineiro com a morte e a violência e a constante pressão das responsabilidades são considerados elementos do trabalho que estão causando danos à saúde dos policiais.”

Por décadas executivos estaduais ofereceram priorizaram investimentos materiais em detrimento de políticas de valorização de recursos humanos. A prevenção de doenças mentais e emocionais de policiais civis, militares e bombeiros nunca fez parte da agenda de políticas de segurança pública (...). A relevância de se investigar a magnitude e os possíveis fatores associados à violência autoprovocada por policiais militares está em oferecer subsídios para a prevenção de um dos mais graves riscos de vitimização que comprometem não somente o desempenho profissional dos policiais militares da ativa, mas também a segurança dos cidadãos. A polícia militar é uma instituição que reúne inúmeros fatores estressantes e

de risco em comparação com as demais organizações de segurança pública (MIRANDA, 2016, p. 19).

A saúde mental dos policiais militares carece de máxima atenção e acompanhamento frequente, mas, infelizmente, não tem recebido a vigilância que requer, em razão dos preconceitos que cercam as enfermidades mentais, as quais são geralmente tratadas como “frescura”, “tentativa de chamar a atenção” e “fraqueza”. Ademais, a complexidade do comportamento dessa organização policial, pautada na hierarquia e na disciplina, dificulta demasiadamente a identificação dos sinais das doenças mentais, as quais vêm se alastrando no seio da instituição, cerceando vidas de forma silenciosa.

Na visão do Psicólogo, Doutor em Psicologia Gleiber Couto:

os policiais têm suas condições laborais, ambientais fundamentadas pelo risco. O risco entendido como o perigo, o local e a frequência da ocorrência de fatalidade, tudo associado a ousadia e afronta que são inerentes à atividade policial diante de tais acontecimento. (COUTO, p. 186, 2012).

De acordo com Sandrini (2013) para se saber o que é saúde, precisa se determinar o que é a doença, a saúde não se desvincula do acesso aos direitos humanos, sendo a saúde um direito fundamental protegido constitucionalmente, expresso por meio do artigo 196 da Constituição Federal de 1988.

Nessa seara, deve-se destacar que além de apresentarem alterações comportamentais como isolamento social, irritabilidade, aumento no consumo de álcool, tristeza e apatia, os indivíduos acometidos por transtornos psíquicos também apresentam sensação de asfixia, alucinações, náuseas, diarreia, sudorese excessiva, palpitações, etc.

Outrossim, o número de policiais militares acometidos pelos sintomas acima descritos, que são indicativos da existência de doenças mentais, cresce a cada ano, motivo pelo qual os afastamentos para tratamento de saúde e abandono do trabalho têm-se de tornado cada vez mais frequentes, o que prejudica não só os agentes enfermos e as corporações, mas toda a sociedade, haja vista que o número

de policiais em gozo de saúde plena é escasso, situação que, logicamente, interfere diretamente em seu labor.

Não se pode olvidar a importância da polícia militar para manutenção da ordem pública, razão pela qual investir na promoção da saúde mental dos seus agentes é medida imperiosa, sem a qual toda a sociedade estará fadada ao fracasso.

2.1 A POLÍCIA MILITAR

O conceito de polícia militar sempre esteve ligado à relação de poder, e na visão de Souza *apud* Foucault (1999) o poder é repressivo. Sendo assim, a polícia militar sempre teve carga de repressividade presente desde sua formação no século XIX, no Brasil, então período colonial, quando era então conhecida como Guarda Real de Polícia.

Nessa época, a Guarda Real possuía a dever de zelar pela segurança dos monarcas, nobres e clérigos, sendo que as constituições posteriores determinaram a existência desse tipo de grupamento nos outros estados do país. Assim, definiu-se que a sua finalidade seria promover o policiamento extensivo, defender a lei e zelar pela ordem pública, sendo, por conseguinte, subordinada aos governadores estaduais.

Nessa toada, a Polícia Militar no Estado de Goiás, de acordo com os dados contidos no livro Anhanguera, Souza (1999), surgiu com o sancionamento da Resolução nº 13, que criou a Força Policial, contratando civis, conhecidos como "bate-paus" para realizar o policiamento. Passando a ser chamada de Polícia Militar do Estado de Goiás apenas em 1949, após reestruturação e transferência para a capital.

Assim Elio Pereira (2015, p.8) melhor argumentou que:

A Polícia passou a apresentar duas características básicas: em um primeiro momento é preventiva, com o objetivo de prever e evitar qualquer perturbação da ordem pública - ressaltando que a ordem pública é definida por cada sociedade - em um segundo momento a Polícia torna-se

repressiva, devendo remediar o mal causado, não causado, não podendo infringir as normas e leis que têm como objetivos garantir o respeito dos direitos humanos individuais e coletivos.

Deve-se, ainda, pontuar que a estrutura organizacional seguida pela Polícia Militar obedece àquela adotada pelo Exército, portanto seus postos de comando são hierarquizados, há a divisão em regimentos, batalhões e companhias.

Nessa senda, munida de eficácia para atuar diretamente em contato com a população realizando a prevenção de conflitos e violações a direitos fundamentais, a força policial encontra-se exposta aos fatores de risco das doenças mentais, motivo pelo qual, número crescente de agentes policiais vem sendo acometido por enfermidades psíquicas de toda ordem, em diferentes níveis de gravidade.

Em razão de sua atividade possuir forte caráter repressivo e de os indivíduos aptos para exercerem a função policial, em um primeiro momento, estarem plenamente saudáveis, demonstrarem vigor diário e apreço pela função, os anos de prática, repletos de momentos de tensão máxima, medo e horror, não recebem a atenção inicial da estrutura policial. Há a preocupação de só permitir a entrada na polícia de pessoas profícuas, mas, em contrapartida, são insuficientes os instrumentos para mantê-la sã psicológica e fisicamente durante os anos de trabalho dedicados à sociedade.

Entender a saúde mental dos policiais militares é saber como o descaso pode agravar os casos de doença mental. O que se observa no campo geral é que:

Os policiais sofrem influências de vários fatores negativos que geram estresse extremo. O cansaço físico e a falta de equilíbrio emocional podem levar esses profissionais a assumirem atitudes irracionais durante crises e situações caóticas. Assim, tais atitudes podem levar à falta de eficácia no desempenho do exercício profissional, expondo os policiais e a população em geral a perigos em potencial. Valla (2002) afirma que a profissão militar caracteriza-se por exigir do indivíduo inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida, em prol da vida do outro. A morte é uma realidade na vida deste profissional visto que o mesmo tem que saber lidar com a morte das vítimas, dos criminosos, dos próprios companheiros de trabalho e também com a idéia de que sua própria vida corre perigo. (OLIVEIRA e SANTOS, 2010, p.227).

Assim, a precarização e falta de estrutura do trabalho, sobrecarga e assédio moral, contribuem para que a doença mental saia do patamar de uma tragédia isolada e se transforme em drama generalizado e em fase de execução, ultrapassando o risco ocupacional. De acordo com Oliveira e Santos (2010):

Um dos agravantes do estresse no trabalho do policial pode estar associado à limitação que a sociedade submete pessoas quanto às manifestações de suas angústias, frustrações e emoções. Esse fato fica ainda mais grave no caso do policial, pois, se não há espaço para que tais manifestações sejam reveladas e trabalhadas, então, possivelmente, esses sintomas podem ser prejudiciais diante de uma situação que envolve risco (OLIVEIRA e SANTOS, 2010, p.229).

Essa aversão da sociedade e, em específico, do corpo policial, em lidar com as doenças mentais só contribui para que esses males ganhem ainda mais espaço na vida dos enfermos, ao passo em que impõe barreiras ao tratamento adequado, por conseguinte, forçando agentes policiais a se portarem como “inabaláveis” perante a sociedade, impelindo-os a não demonstrarem seus sentimentos, despindo-os de sua humanidade e assentando falsa máscara de robôs em seus rostos, permitindo o agravamento das patologias psíquicas, contribuindo diretamente para a ceifa da vida digna dos seres humanos de farda.

O evento "Psicologia Argumento" promovido pela PUCPR, realizou entrevista com 325 Policiais Militares escolhidos de forma aleatória, e constatou índice de estresse entre os participantes no percentual de 55,9%.

No ano de 2015, a Folha de São Paulo publicou uma reportagem em que seus levantamentos apontaram que os transtornos psiquiátricos levaram 14.756 policiais militares, em um período de 11 anos a se afastarem de suas atividades. Esses índices demonstram que foram em média emitidas 04 autorizações diárias para tratamentos por transtornos psiquiátricos.

O Ministério da Saúde afirma que a saúde mental e a física caminham juntas, é importante que a sociedade entenda que a saúde mental é tão ou mais importante que a física, devendo ser levada a sério e tratada. Pois, “a sociedade, ao reconhecer a doença mental, torna-se, então, marginalizadora: ela não quer se

reconhecer no doente que ela identifica, e, no mesmo instante em que ela diagnostica a doença, exclui o doente” SANDRINI (2013, p.51).

O que se observa é que os entendimentos doutrinários se convergem praticamente em um mesmo sentido, o de que a saúde mental tem papel fundamental para a saúde física e, quando estudado com base na apresentação aplicada as forças policiais mostra o quanto esse tópico precisa ser melhor abordado e carece ser analisado robustamente com a devida urgência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cabalmente demonstrado alhures que a saúde mental do policial militar é fortemente influenciada pelo estresse cotidiano, bem como pelo relacionamento interpessoal, cobranças, hierarquia, escala de trabalho e a violência.

Igualmente, ratificou-se que segurança pública é responsabilidade do Estado, ao passo em que verificou-se que este encargo foi repassado ao policial militar com uma carga de responsabilidade maior, impelindo o agente a estar sempre alerta, até mesmo em horários em que deveria estar descansando.

É certo que os estressores aos quais se encontra exposto o policial militar criam fortes tensões em suas atividades corriqueiras, o que lhe acarreta danos físicos e mentais, advindo como consequência desse quadro desolador a redução da qualidade do trabalho, bem como o arrefecimento do efetivo policial em virtude de afastamentos para tratamentos de saúde e abandono de funções.

A situação atual é latentemente desfavorável para os policiais enfermos, os quais tem de conviver com o preconceito da sociedade e de seus companheiros de farda, haja vista que para estes os transtornos psicológicos são meras frescuras, bem como encontram-se geralmente desamparados, não lhes sendo possível realizar o tratamento adequado dos males que os afligem.

Os policiais militares estão muito expostos ao horror da violência diária e cada vez mais bárbara, ao passo em que lhes singe os ombros rigidez inerente das obrigações militares, recaindo-lhes a falsa pecha de “homens de ferro”, a qual lhes

aliena de sua condição humana e limitada, passível de sofrer com as intempéries da saúde.

Evidente que a ausência de acompanhamento profissional adequado aos assolados pelas patologias psíquicas, aliado ao exercício da função em situações aviltantes, comporta a incidência de atitudes imprudentes durante situações conturbadas, comprometendo o desempenho da atividade policial, com a consequente exposição à perigo da vida do policial e dos cidadãos por ele protegidos.

Ora, além dos riscos inerentes à profissão, outro fator que contribui para o aumento das doenças mentais entre os policiais militares é a insatisfação com o trabalho. Frise-se que não se quer dizer que os agentes não gostem de seu ofício, mas sim que não vêem resultados de suas ações cotidianas, por conseguinte, sentindo-se frustrados consigo mesmos.

A Organização Mundial da Saúde já considera o estresse profissional como uma epidemia global, tal fato não é diferente com o policial militar, o qual é diariamente exposto a insalubridade ocupacional.

Nesse viés, dentre os vários males psicológicos que assolam a saúde dos policiais militares, destaca-se a Síndrome de *Burnout*, que é gerada pela exaustão física e psíquica, que atrelada a outros fatores desgastantes acaba por se manifestar no indivíduo interferindo em seu cotidiano, posto que afeta seu comportamento e apresenta sintomas de ordem física.

Evidencie-se que os policiais militares integram o grupo de risco em razão de não conseguir conciliar a qualidade de vida e excelência profissional, o que os torna alvo em potencial da Síndrome de *Burnout*.

Por ser uma organização relativamente fechada e hierárquica se falar de saúde mental dos policiais militares é um assunto que apresenta inúmeros obstáculos e dados que são controvertidos. A saúde mental ainda é vista como “fraqueza” que não deve ser demonstrada pelos policiais militares, enquanto esse assunto segue abafado, silenciosamente a classe vai observando seu contingente ser afetado de forma veloz pelas doenças mentais.

À polícia militar tem sido destinado um imenso bloco de gelo. Sua tarefa tem sido enxugá-lo. O espelhamento institucional com o Exército tem acarretado a inevitável compreensão do ser policial militar, não como um serviço público capaz de utilizar a força, mas como uma força garantidora da ordem. Por inspiração da doutrina de segurança nacional (meados dos anos 1950) e como advento da ditadura militar, nossa corporação – encarregada do policiamento ostensivo, com exclusividade no final dos anos 1960 – passou a operar a partir de um ideário notadamente belicista. A redemocratização não significou o fim do modelo inspirado na guerra. O confronto armado continua ser estimulado em ampla escala, da cobertura jornalística e sua lógica do espetáculo ao discurso de político de ocasião como estratégia de enfrentamento do crime – sobretudo do tráfico de drogas –, a empurrar a polícia em sucessivas cruzadas em defesa de uma sociedade doente, onde os homens se definem pelo tamanho de suas contas bancárias (PEREIRA apud MIRANDA, 2016, p. 15).

Os fatores inerentes à atividade da polícia militar possuem caráter estressante e de risco, além de revelar-se como uma rotina desafiadora. No entanto, por mais que o sofrimento psíquico de policiais militares tenham ganhado espaço no debate público, tal assunto ainda segue invisível aos olhos dos gestores de segurança pública.

É imperioso que se promova o acompanhamento do perfil psicológico dos policiais militares que se encontram diariamente em contato com o seio social, os quais absorvem todas as frustrações de terceiros e tem de lidar com suas próprias frustrações e temores, haja vista que tal medida se revela tão importante quanto a submissão à exames psíquicos para ingresso na carreira.

As funções exercidas pelo policial podem acarretar seu adoecimento, em razão do contato direto e contínuo com a violência, o que pode prejudicá-lo tanto no trabalho como nas relações com familiares. Assim, como característica das doenças mentais, o agente se sente mais sozinho, incompreendido, e, por isso, acaba por isolar-se do convívio com os demais.

Estranho ter consciência de que uma parte de sua experiência, logo a de maior conteúdo dramático, precisa ser mantida em segredo para não contaminar as relações com pessoas íntimas avessas ao mundo da marginalidade. De alguma forma, sinto que me tornei mais solitário. (...). Com a intenção de poupar amigos e familiares do contato com a brutalidade do cotidiano no cárcere e para evitar mal-entendidos e incompreensões geradas pela natureza do trabalho que realizam, eles também guardam para si as experiências traumáticas que viveram (VARELLA, 2012, p. 224/225).

Nessa toada, uma vez que o sofrimento psíquico dos agentes policiais está intimamente entrelaçado às atividades rotineiras de policiamento, constata-se que o problema central gravita em torno das condições aviltantes de trabalho, consubstanciado na ausência do devido acompanhamento de sua saúde mental.

É de extrema urgência que os governos se dignem a oferecer condições de trabalho dignas aos policiais, com o fito de não se permitir que homens e mulheres dedicados às suas obrigações militares tenham sua psique brutalmente sacrificada.

Do mesmo modo, as doenças mentais, além de impelirem sofrimentos ao agente policial, colocam em xeque toda a segurança da sociedade. Isto porque, quanto mais se relegar ao esquecimento o tratamento adequado dos transtornos psíquicos, mais o número de agentes acometidos por eles aumentará, e, por óbvio, a segurança da população e a manutenção da ordem pública sofrerão forte abalo.

Inadmissível que se tolere a tortura psíquica sofrida pelos policiais militares, doenças devem ser extirpadas da vida do ser humano para que lhe sejam assegurados os direitos básicos, respeitando-se a sua dignidade. Forçá-los direta ou indiretamente a adotarem postura sobre-humana, induzindo-os ao afastamento de seus próprios sentimentos e emoções, é caminho demasiadamente cruel e que, até o momento, não trouxe benefícios positivos para as pessoas que se dispõem ao exercício de tão nobre ofício.

Nesse sentido, o fomento de ações voltadas para a promoção da saúde mental do policial militar na ativa são muito bem-vindas, devendo ser estimuladas, haja vista o viés calamitoso atual. Assim, contratações de mais profissionais especializados (psicólogos, psiquiatras, terapeutas) e realização de campanhas conscientizadoras sobre o tema, com o fim de combater o preconceito à esse assunto no universo policial, revelam-se eficazes.

Quando olhamos com maior atenção ao problema das violências auto-infligidas na polícia militar, vemos que o fenômeno não é simples e demanda uma série de ações institucionais para que possa ser minimizado. Uma delas é estimular a integração entre as redes de apoio interna e

externa (...). As redes de apoio aos policiais militares externas à Instituição podem ser complementares às ações de prevenção propostas. Essa rede é constituída por contatos formais, ou seja, instituições e associações/grupos organizados que se dedicam a construir e solidificar uma rede de ajuda aos sujeitos em situação de risco, como também por contatos informais de familiares e amigos de policiais (MIRANDA, 2016, p. 134).

Realizar discussões sobre as doenças mentais também podem contribuir para quebrar o tabu que encerra esse assunto no meio das corporações policiais. A concepção de uma atmosfera em que se excite a procura por uma existência mais saudável é o passo inicial para que se tenha tropa mais ativa, fecunda e com mais saúde física e mental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo permitiu a apreciação da importância da saúde mental do policial militar, sob a égide dos direitos humanos e do princípio da dignidade da pessoa humana.

Verifica-se que a atividade policial propicia, por sua natureza, a exposição do indivíduo que a exerce a vários tipos de estressores que, uma vez combinados, acabam por introduzir o policial no grupo mais suscetível às doenças mentais.

A rotina violenta, a estrutura hierarquizada militarmente, o descontentamento com a função exercida, a visão negativa da sociedade e ausência de acompanhamento psicológico adequado, tem transformado os policiais militares em presas fáceis das patologias psíquicas.

Contingente cada vez maior de bons profissionais apresenta desempenho no labor diminuto, tem requerido afastamentos constantes e, em casos extremos, há que se falar até mesmo em abandono das funções, tudo isso em decorrência do sofrimento psicológico inenarrável que lhes acomete, alterando suas vidas, de seus familiares, da corporação e, por conseguinte, toda sociedade.

As doenças mentais, portanto, revelam-se como problemas da mais elevada órbita, os quais ensejam resposta rápida e eficaz das autoridades

competentes, a fim de que se evite o prolongamento das dores psíquicas dos policiais militares.

Consigne-se, por fim, a importância desse tema, o qual deve ser discutido com a máxima atenção e urgência, haja vista que o número de policiais militares acometidos por doenças mentais tem crescido exponencialmente nos últimos anos, sem que as autoridades tenham dele se ocupado de fato.

REFERÊNCIAS

AMADOR, Fernanda Spanier. **Violência Policial: Verso e reverso do sofrimento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ASSOCIATION. American Psychiatric. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5**. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

ESCÓSSIA, Fernanda da. **Por que os policiais se matam: pesquisa traz números e relatos de suicídios de PMs**. 26 de Março de 2016. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160322_policiais_suicidios_fe_if>. Acesso em 03 de Maio de 2018.

CASTRO, Thiele da Costa Muller. **Merlo, Álvaro Roberto Crespo. Reconhecimento e Saúde Mental na Atividade de Segurança Pública**. 476 PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 42, n.4, pp. 474-480, out./dez. 2011.

LIMA, João Cavalim de. **Estresse policial**, 2002, Associação da Vila Militar Publicações Técnicas, v.7.

MENDES, Evaristo de Oliveira. **A Saúde Psicossocial na Segurança Pública Brasileira**, Cel. PM. Evaristo de Oliveira Mendes - Rio de Janeiro: ESG, 2013.

MINAYO, MSC., SOUZA, ER., and CONSTATINO, P., coords. **Missão Prevenir e Proteger. Condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

MIRANDA, Dayse. **Por que Policiais se Matam? Diagnóstico e Prevenção do Comportamento Suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro/ Organização Dayse Miranda**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016. Disponível em: < <http://gepesp.org/wp-content/uploads/2016/03/POR-QUE-POLICIAIS-SE-MATAM.pdf>>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2018.

OLIVEIRA, Katya Luciane de. SANTOS, Luana Minharo dos. **Percepção da Saúde Mental em Policiais Militares da Força Tática e de Rua**. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, n 25, set./dez. 2010, p 224-250. Disponível em < <http://www.aprapr.org.br/wp-content/uploads/2011/10/Percepção-da-saude-mental-em-PMs2.pdf>> Acesso em: 25 de Janeiro de 2018.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: OMS, 2008.

PEREIRA, Elio Gomes. **A Criação da Academia de Polícia Militar de Goiás**. Artigo de conclusão de curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS). Disponível em < https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/03_-_A_Criação_da_Academia_da_Polícia_Militar_de_Goiás_-_Elio_Gomes_Pereira.pdf>. Acesso em 25 de Janeiro de 2018.

SANDRINI, Paulo Roberto. **Psicologia Jurídica: livro didático** / organizador Paulo Roberto Sandrini; [conteudistas] Saidy Karolin Maciel, Vanderlei Brasil, Viviane Bastos; Palhoça: UnisulVirtual, 2013.

SOUZA, Cibeli de. **O Anhanguera/Polícia Militar de Goiás**. Diretoria de Ensino. Instrução e Pesquisa - Ano I. n. I (jan. 1999) -. Goiânia. 1999.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIOLANTI, J. M. (1999). Padrões de estresse no trabalho policial: Um estudo longitudinal. Revista Unidade - Revista de Assuntos Técnicos da Polícia Militar, 21(37), 19-27.

